



Eunício abre ano legislativo e promete priorizar segurança

Segundo o presidente do Senado, merecerão a atenção dos senadores em 2018 propostas como a que prevê a criação de um sistema federal unificado para o setor

Na sessão de abertura do ano legislativo, ontem, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, fez um pronunciamento em que afirmou que dará prioridade aos projetos da área de segurança pública.

Eunício disse que é necessário criar um sistema federal unificado de segurança pública, a exemplo do que já ocorre na saúde pública, com o SUS. Como a

segurança é uma atribuição estadual, hoje cada estado adota sua própria estratégia e trabalha de modo isolado.

O presidente do Senado defendeu outras propostas na área, como uma que torna obrigatória a presença de bloqueador de sinal de celular nos presídios e outra que prevê a criação de colônias agrícolas penais para abrigar presos de menor potencial ofensivo. **3**

Senadores avaliam desafios para reforma da Previdência **2**

Cármem Lúcia mostra a Congresso números do Judiciário **2**



Os presidentes do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara, Rodrigo Maia, chegam ao Congresso para retomada de trabalhos

Marcos Oliveira/Agência Senado



Na sessão de abertura do ano legislativo, parlamentares ouvem a mensagem enviada ao Congresso por Michel Temer

Mensagem de Temer diz que país retoma crescimento

O Brasil já superou a pior crise econômica da sua história, disse o presidente da República, Michel Temer, em mensagem enviada ao

Congresso na abertura dos trabalhos legislativos.

No texto, levado pelo ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, Temer defendeu a

reforma da Previdência. Também pediu o engajamento de todos os setores no combate à violência, que, segundo ele, atingiu níveis intoleráveis. **2**

Fim de cortes na segurança está no Plenário **8**

Fundo para ciência poderá receber verba de loterias **7**

Iluminação no Senado alerta para combate a câncer **7**

especial cidadania

Barulho, sujeira e abusos preocupam durante Carnaval

No “país do Carnaval”, os quatro dias de folia não trazem só alegria. Se muita gente se diverte, há quem reclame de comportamentos inadequados, como o assédio sexual. O que antes era tolerado como

brincadeira, por exemplo, roubar um beijo, hoje pode ser entendido como violência. E a legislação sobre o assunto ainda não é clara. No Senado, projetos buscam preencher essa lacuna. **4 e 5**



Bloco no Rio de Janeiro: folia nas ruas tem crescido nos últimos anos

Fernando Fracão/ABr



www.congressonacional.leg.br

Duas Casas. O mesmo endereço.

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.

CONGRESSO NACIONAL

Crise econômica passou, diz Temer a Congresso

Em mensagem aos parlamentares, presidente afirmou que Brasil está retomando o crescimento e que é urgente consertar Previdência

O PRESIDENTE MICHEL Temer afirmou, em mensagem ao Congresso na abertura dos trabalhos legislativos, que o Brasil já superou a pior crise econômica da sua história. Ele defendeu a reforma da Previdência, pediu união e afirmou ter confiança no país. A mensagem foi levada pelo ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e lida pelo primeiro-secretário do Congresso, deputado Giacobbo (PR-PR).

“Com base em muito diálogo, colocamos o país de volta nos trilhos do desenvolvimento”, afirmou o presidente.

Na visão de Temer, a redução da taxa de juros, o controle da inflação e o recuo do risco Brasil são evidências da retomada econômica. Ele exaltou o recorde da safra de grãos, o crescimento do comércio exterior e o lucro de estatais.

O presidente ressaltou os reajustes nos Programas Minha Casa, Minha Vida e Bolsa Família e a simplificação da regularização de terras urbanas e rurais. Segundo o presidente,



Eunício Oliveira recebe a mensagem presidencial do ministro Eliseu Padilha, entre Cármen Lúcia e Rodrigo Maia

houve melhoras na gestão da saúde pública. Para Temer, o nível de violência no país é intolerável. Ele apontou a segurança como prioridade do governo. Pediu uma simplificação tributária e disse que a política externa de seu governo tem sido implementada sem radicalismos.

Temer acrescentou que, em 2017, o Brasil registrou a expansão de áreas de preservação de florestas e viu a modernização de suas relações de trabalho.

Ele classificou de urgente a tarefa de “consertar” a Previdência e chamou o atual modelo de injusto e insustentável.

Repercussão

Terminada a sessão solene, vários senadores comentaram a mensagem de Temer.

Lídice da Mata (PSB-BA) classificou de “frustrante” a mensagem. Para ela, Temer erra ao insistir na reforma previdenciária, pois a maior parte da população é contra a medida.

José Medeiros (Pode-MT) elogiou a disposição de colocar a segurança pública como prioridade para o país.

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que o governo mostrou que vem conseguindo dar mais estabilidade ao país, para retomada do desenvolvimento.

Armando Monteiro (PTB-PE) disse que a mensagem comemora a estabilidade macroeconômica e aponta para a necessidade de maior atenção às pequenas empresas.

Cármen Lúcia apresenta ao Legislativo números do Poder Judiciário

Na abertura dos trabalhos legislativos, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, entregou aos presidentes do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara, Rodrigo Maia, a mensagem do Poder Judiciário ao Congresso.

O documento contém um relatório das atividades do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no ano passado e as metas para este ano.

O levantamento mostra que em 2017 ingressaram no STF 103,6 mil processos, 15% a mais que no ano anterior. No período, foram 126,5 mil decisões. Registraram-se a maior baixa de processos (115,4 mil) e o menor acervo final dos últimos cinco anos (45,4 mil). A ministra Cármen Lúcia apontou no texto:

“Ainda há muito a fazer. Os objetivos de buscar celeridade na prestação jurisdicional, aprimorar as técnicas de gestão do acervo de processos, fortalecer a transparência institucional e facilitar o acesso às informações de caráter público permanecem”.

Incerteza sobre Previdência marca início do trabalho

Um dos principais desafios do governo para o início de 2018, a reforma da Previdência ainda é tratada como incerteza pela maioria dos senadores que se pronunciaram na abertura dos trabalhos do Legislativo, ontem. O governo ainda negocia para conseguir os votos necessários na Câmara dos Deputados e alguns parlamentares admitem que o texto pode nem chegar ao Senado.

— Vamos dar crédito ao processo de negociação entre as lideranças da Câmara. Cabe ao Senado aguardar e torcer para que tenhamos uma conclusão que aponte para a responsabilidade fiscal no país — disse o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

A manifestação de Jucá veio após Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) fazer duras críticas à condução da reforma. Para ele, o governo erra ao tratar a proposta (PEC 287/2016) como “balcão de negócios”, com troca de votos pela liberação de emendas, por exemplo. Essa postura, para o senador, afasta os votos de quem tem postura ética e não se dispõe a fazer qualquer negociação.

— Não creio que a matéria conseguirá sair da Câmara. Boa parte da base do governo manifesta-se contra a reforma. E o governo não para de errar.

Os governistas Valdir Raupp (PMDB-RO) e José Medeiros (Pode-MT) admitiram que o governo encontra dificuldades para obter votos na Câmara. Para Medeiros, muitos deputados não vão votar a favor para não perder votos nas eleições:

— A sensação que tenho é de que dificilmente a reforma será aprovada na Câmara — avaliou.

Waldemir Moka (PMDB-MS) disse acreditar que os primeiros meses do ano serão de trabalho intenso, já que o segundo semestre pode ser tomado pelas eleições. Para ele, a reforma precisa ser aprovada, para sinalizar ao mercado que o país prioriza o retorno do investimento, a geração de emprego e o equilíbrio fiscal.

O líder do PSDB, Paulo Bauer (SC), defendeu a reforma como forma de garantir as aposentadorias no futuro. Se a mudança não vigorar já, o problema terá de ser enfrentado pelo próximo governo, afirmou.

Protesto

Senadores e deputados de oposição exibiram no Plenário um abaixo-assinado contra a reforma. A longa lista foi espalhada pelo chão.

Paulo Rocha (PT-PA) disse que toda a energia do PT será para barrar a reforma. Para ele, é preciso mostrar que não

há necessidade de mudar a Previdência.

— O governo está mentindo, porque não há déficit. O que é preciso é combater a sonegação e cobrar os grandes grupos econômicos que devem ao setor.

Para Regina Sousa (PT-PI), a reforma é maléfica e o texto não retira privilégios de quem realmente os tem.

Alvaro Dias (Pode-PR) classificou como “pífia” a proposta de Temer. Na avaliação dele, o governo não tem credibilidade para fazer com que o texto seja aprovado na Câmara.

Ângela Portela (PDT-RR) afirmou que o governo “terá grandes derrotas” em 2018, a começar pela não aprovação da reforma.

Crise

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou ontem que os parlamentares devem responder à demanda por um país “mais simples e mais igual”. Ele disse esperar que a reforma contribua para aprimorar os resultados positivos da economia, mas sublinhou que a crise é grande.

— Ninguém governará o Brasil no próximo ano se a reforma das despesas não for feita.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 21h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH CPI da Previdência

9h Audiência pública interativa para debater relatório da CPI da Previdência.

CI Iluminação pública

9h Sessão deliberativa com 11 itens na pauta, como o PLS 795/2015, que institui diretrizes para o uso racional de energia elétrica na iluminação pública.

CAE Sabatina para o Cade

10h Sabatina de Paula Farani Silveira, indicada para conselheira do Cade. Na sequência, sessão deliberativa com 11 itens, entre eles o PLS 350/2015, que define como competência do Cade a defesa da concorrência no sistema financeiro.

CRA Plano de trabalho

11h Definição dos trabalhos para 2018.

CE Violência no esporte

11h30 Votação de 16 itens, como o PLC 12/2017, que determina suspensão de cinco anos para torcida que invadir treino.

CMA Extração ilegal de minérios

11h30 Reunião deliberativa com 15 itens, como o Projeto de Lei do Senado (PLS) 63/2017, que agrava a pena para quem extrai recursos minerais sem autorização.

PLENÁRIO Votação de projetos

14h Sessão deliberativa. Na pauta, projetos que tratam de segurança e economia.

CCT Verba das loterias

14h30 Reunião para a votação de 13 projetos de lei, entre os quais o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 201/2015, que destina recursos de loterias federais para fundo científico.

MP 802/2017 Relatório

14h30 Votação do relatório da MP, que trata de programa de microcrédito.

CÓDIGO COMERCIAL Plano de trabalho

15h30 Votação do plano de trabalho da comissão que trata da reforma do Código Comercial.

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV



Fotos: Jefferson Rudy/Agência Senado

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, assiste ao hasteamento da Bandeira ao lado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, passa a tropa em revista e fala na abertura do ano legislativo

Eunício defende projetos de segurança pública

Na abertura do ano legislativo, presidente do Senado disse que é preciso criar sistema unificado federal na área e tornar obrigatórios os bloqueadores de celulares nos presídios

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, defendeu ontem a instalação obrigatória de bloqueadores de celulares em presídios e a construção imediata de colônias agrícolas penais para presos de menor potencial ofensivo. Tais medidas, previstas em projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, poderão contribuir para a redução da criminalidade e diminuir a sensação de insegurança que atinge a população, afirmou.

Em discurso na sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos de 2018, Eunício também defendeu a criação de um sistema federal unificado de segurança pública como forma de aprimorar a troca de informações entre órgãos públicos e também o desenvolvimento de instrumentos de fiscalização, investigação e repressão mais modernos.

— Propomos a junção e a comunicação entre os órgãos de segurança pública e inteligência já existentes, a fim de que operem conjuntamente, de modo ágil e flexível, em uma rede unificada em nível nacional em prol da segurança dos cidadãos — afirmou.

Troca de informações

Eunício disse que a insegurança pública é a “nuvem cinza” que turva os horizontes do Brasil. Em razão disso, afirmou, a população vive em um ambiente em que poucas famílias podem dizer que não conhecem uma pessoa vítima de violência.

— Já faz algum tempo que a insegurança pública nos assombra, o que exige de todos nós o esforço e o espírito públicos que possamos reunir em nossas atividades parlamentares. Já temos exemplos: o sistema nacional da saúde, por meio do SUS, o sistema nacional de educação, por meio do Fundeb. Mas não há nenhum sistema efetivo e unificado na área de segurança pública.

O presidente do Senado disse que os três Poderes devem unificar esforços para a moder-

nização da administração da Justiça e de todo o aparato de segurança pública do Estado, nas três esferas federativas.

— Um novo sistema unificado de segurança pública permitirá mais rapidez em processos, o aprimoramento na troca de informações entre agentes e órgãos públicos, e o desenvolvimento de instrumentos de fiscalização, investigação e repressão mais modernos e essenciais para combater a nova configuração da criminalidade.

Responsabilidade

Eunício ressaltou que preservar a integridade física dos cidadãos é a primeira obrigação de um Estado democrático, tendo em vista que, sem direito à vida, todos os outros direitos se dissipam e perdem sentido.

— O Brasil pode vencer os desafios da insegurança pública de maneira firme e corajosa, mas é preciso agir de forma cada vez mais vigorosa e preventiva contra o crime organizado, o tráfico de armas, o tráfico de drogas e a violência que impera. Como defendem especialistas e autoridades do Judiciário e do Executivo, precisamos de tecnologia, logística e recursos, tanto financeiros quanto humanos.

O presidente do Senado disse ainda que os brasileiros

cobram responsabilidade fiscal da classe política, com a elaboração de propostas factíveis que realmente façam a diferença.

Em relação às mudanças nas regras previdenciárias, ele classificou de “essencial” uma reforma que venha a eliminar privilégios injustificáveis, mas sem prejudicar “aqueles que têm menos condições, como

o agricultor, as pessoas com necessidades especiais, as pessoas que recebem um salário mínimo e todos aqueles que dependem da Previdência para sobreviver”.

— São os privilégios que desequilibram o sistema previdenciário, e a extinção deles tem de ser o coração e o norte de qualquer mudança nas regras da Previdência Social.

Em seu discurso, Eunício ressaltou que é preciso avançar para tirar o Brasil da atual crise política. Segundo ele, o simbolismo histórico de 2018, quando se comemoram 30 anos da promulgação da Constituição, assegura que o país tem maturidade para renovar os princípios da convivência democrática entre filosofias políticas divergentes.

Combate à violência

Sugestões do presidente do Senado, Eunício Oliveira

1. Discutir e votar a proposta do novo Código Penal no Senado
2. Discutir e votar as propostas do novo Código de Processo Penal e da nova Lei de Execuções Penais, já aprovadas pelo Senado, e atualmente na Câmara dos Deputados
3. Discutir e votar a PEC que reorganiza as forças policiais da União e dos estados e dá prerrogativas às guardas municipais
4. Discutir e votar na Câmara dos Deputados e no Senado as propostas que vedam contingenciamento de recursos da área de segurança pública
5. Assegurar condições para que o Ministério da Justiça exerça um efetivo controle do tráfico de drogas e de armas e também das fronteiras, assegurando os recursos necessários para a implementação desse programa
6. Aprovar, em regime de urgência, a obrigatoriedade da instalação de bloqueadores de celulares nos presídios
7. Iniciar um imediato programa de construção de colônias agrícolas penais, para presos de menor potencial ofensivo, a fim de que eles não tenham contato com presos de maior periculosidade e também para que possam trabalhar para custear as despesas de seu próprio encarceramento
8. Criar comissão mista extraordinária para propor medidas adicionais que tramitarão em regime de urgência em ambas as Casas
9. Promover junção e a comunicação entre os órgãos de segurança pública e inteligência já existentes, a fim de que operem conjuntamente, de modo ágil e flexível, em uma rede unificada em nível nacional em prol da segurança dos cidadãos



Solenidade tem execução do Hino Nacional e salva de tiros de canhão

As atividades do Parlamento em 2018 foram abertas oficialmente ontem com uma sessão solene do Congresso. Este será o quarto e último ano da 54ª legislatura e o último ano de mandato de 54 senadores e dos 513 deputados.

A solenidade começou às 17h10, com a passagem da tropa em revista por Eunício. Depois houve a execução do Hino Nacional e salva de tiros de canhão com a presença dos Dragões da Independência.

Retomada do crescimento econômico, segurança pública e reforma da Previdência foram os temas que marcaram a reabertura dos trabalhos do Legislativo após o recesso parlamentar.

Senadores prometem que setor terá prioridade nas votações deste ano

Os senadores elegeram a segurança pública como uma das prioridades do Congresso Nacional em 2018. Ao chegar à cerimônia de abertura dos trabalhos do Parlamento ontem, eles afirmaram que o Senado precisa abordar esse tema com urgência, dedicando-se a aprimorar o financiamento do setor, retomar o controle dos presídios pelo Estado e reforçar a estrutura de combate ao crime organizado.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse que o presidente do Senado, Eunício Oliveira, está determinado a dar prioridade

para debates e projetos que tratem dos problemas do setor. Ele lembrou que, no ano passado, o Senado aprovou a PEC 14/2016, de sua autoria, que cria a polícia penal, mudando o status das forças especializadas que atuam nos presídios. Se for aprovada pela Câmara, a PEC vai liberar dessa tarefa a PM, que poderá dedicar mais esforços ao policiamento nas ruas.

Também em 2017, os senadores aprovaram a PEC 24/2012, que instituiu o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, que

terá recursos do IPI (que é federal) e do ICMS (estadual) para financiar ações de aparelhamento, capacitação e integração das forças policiais dos estados.

Regina Sousa (PT-PI), presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), advertiu que o país “vai caminhar para o caos” se os legisladores não forem capazes de elaborar uma proposta conjunta, que fique acima das divergências políticas. Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que a segurança pública é o grande gargalo do país hoje.

Outro destaque foi a regula-

rização tributária das micros e pequenas empresas, proposta vetada por Temer no início deste ano, O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que foi decisão técnica, baseada em avaliação da Advocacia Geral da União (AGU), mas assegurou que o Senado voltará a discutir em breve a situação do setor.

Waldemir Moka (PMDB-MS) destacou que a saúde financeira dessas empresas é do maior interesse para o país. Ailton Sandoval (PMDB-SP) pediu urgência na reforma tributária em tramitação na Câmara.

Lacunas na lei facilitam molestamentos durante Carnaval

Nem tudo é festa durante os quatro dias de folia. Se muita gente se diverte, há quem reclame de comportamentos inadequados, sobretudo sexuais. No Senado, projetos buscam tornar a legislação mais clara

Nelson Oliveira e Débora Brito

CHEGAR A UM entendimento pacífico sobre o que se pode e o que não se pode fazer no Carnaval é impossível. Mas, na medida em que se buscam níveis avançados de civilização e cidadania, a sociedade brasileira tende a estabelecer limites cada vez mais claros sobre comportamento durante uma festa que é, por índole, libertária, mas pode ser usada para o exercício de poder autoritário e abusivo.

Se no passado versos como o célebre “vou beijar-te agora / não me leve a mal / hoje é Carnaval” justificavam culturalmente um carinho não consentido, hoje o quadro mudou. Passados 51 anos do lançamento da marcha-rancho *Máscara Negra*, composta por Zé Kéti e Pereira Matos, o beijo roubado passou de ideia romântica a subtração do direito individual, mostrando o que meio século pode fazer com valores, códigos e normas. Evidentemente as circunstâncias e o contexto vão determinar o grau de ofensividade de um ato, já que as leis nem sempre são claras ou detalhadas sobre

temas dessa natureza, obrigando os juízes a quebrarem cabeça para pronunciarem suas sentenças. É o que observa a consultora do Senado Juliana Oliveira. Um beijo roubado na base da surpresa, embora indesejável e ilegal, poderá ser considerado pela Justiça menos grave do que o obtido literalmente à força. Este, a seguir estritamente o que diz o Código Penal, é considerado estupro, observa a consultora.

Já em 1967, quando Zé Kéti fez sucesso com sua marcha, estava em vigor a Lei das Contravenções Penais, nascida do Decreto-lei 3.588/1941, baixado pela ditadura Vargas. O texto prevê multa de “200 mil réis a 2 contos de réis” a quem “importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor”. O decreto continua em vigor.

Assédio

Em vídeo publicado no dia 17 de janeiro, no canal JoutJout Prazer, a jornalista e youtuber Julia Tolezano forneceu um balizamento para o que considera não apropriado a um homem fazer no Carnaval. Ela faz questão



RESTRIÇÕES DURANTE A FOLIA

- 1 Barulho:** a Lei do Silêncio vale durante o Carnaval
- 2 Álcool:** folia não é desculpa para beber e dirigir. Respeite a Lei Seca
- 3 Nudez e atos de natureza sexual:** a nudez, ressalvadas algumas situações, e as relações sexuais em público são proibidas por serem consideradas atentatórias ao pudor
- 4 Urinar na rua:** a micção em público é proibida e passível de multa
- 5 Lançamento de líquidos e outras substâncias:** passível de punição quando a substância atentar contra a saúde ou a dignidade dos atingidos
- 6 Consumo de drogas:** contravenção. Cheirar lança-perfume, por exemplo, pode gerar advertência e prestação de serviços à comunidade
- 7 Conteúdo injurioso ou preconceituoso:** punições previstas na legislação. Canções não estão proibidas, mas vêm sofrendo restrições por parte de blocos e nas redes sociais
- 8 Molestamento sexual:** não está liberado no Carnaval e pode ser punido com multa
- 9 Relações sexuais:** qualquer relação não consentida e obtida à força é considerada crime de estupro. Pessoas embriagadas podem alegar que não tiveram a vulnerabilidade respeitada
- 10 Direitos da criança:** crianças não podem ser submetidas a situações que ofendam sua dignidade, como atos de natureza sexual ou consumo de álcool e entorpecentes
- 11 Forças de segurança:** a polícia deve atuar de forma ao mesmo tempo firme e moderada para proteger os cidadãos em geral
- 12 Direito à folia:** ninguém pode tomar para si o poder de polícia e impedir a realização de atividades carnavalescas, especialmente as de pequeno porte

de explicar que está repisando o óbvio porque, segundo a jornalista, os homens insistem em repetir atitudes condenadas. Julia arremata o vídeo *Seis toques para um Carnaval agradável* com frase de outra internauta: “depois do não, tudo é assédio”.

Apesar das boas intenções da ativista, o termo assédio pode embacar um pouco o entendimento do problema e o debate em torno de soluções. A expressão assédio, seja sexual ou moral, está restrita na legislação ao campo das relações de trabalho.

Para a consultora, as mudanças na tipificação do crime de estupro — que passou a ser mais abrangente em 2009, incluindo a “conjunção carnal e outros atos

libidinosos, mediante violência ou grave ameaça” — criaram uma dificuldade, pois o conceito de “atos libidinosos” é impreciso (*leia entrevista ao lado*).

Essa dificuldade surgiu de maneira dramática em agosto do ano passado quando o juiz José Eugênio Souza Neto libertou Diego de Novais, preso depois de se masturbar num ônibus e ejacular no pescoço de uma passageira. Souza Neto entendeu que não houve violência ou coação física e o enquadrou na Lei de Contravenções Penais. Ainda que muitos juristas tenham pedido a ampliação do conceito de violência para estendê-lo à esfera psicológica e moral, casos como esse con-

tinuam gerando interpretações contraditórias.

Propostas

No Senado, alguns projetos em tramitação pretendem preencher essa lacuna. O PLS 12/2017, de Marta Suplicy (PMDB-SP), prevê o crime de molestamento sexual. Aprovado em setembro pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e enviado à Câmara dos Deputados, o projeto estabelece pena de dois a quatro anos de reclusão para quem constranger, molestar ou importunar alguém mediante prática de ato libidinoso realizado sem violência ou grave ameaça, independentemente de contato físico.

“É inadmissível que atos vio-

lentamente ofensivos e com possíveis graves repercussões para a saúde mental e a autoestima da vítima sejam enquadrados como mera contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor, cuja pena prevista é de multa. É imperioso reconhecer que a ausência de proteção específica adequada fere o princípio da proporcionalidade inserto na Constituição federal”, argumenta Marta na justificativa.

Também aprovado pela CCJ e enviado à Câmara, o PLS 740/2015, de Humberto Costa (PT-PE), inclui no Código Penal o crime de constrangimento ofensivo ao pudor. A pena é de reclusão de dois a quatro anos para quem constranger,

molestar ou importunar alguém de modo ofensivo ao pudor, ainda que sem contato físico, atentando-lhe contra a dignidade sexual. Se a conduta ocorrer em transporte coletivo ou em local aberto ao público, está previsto o aumento da pena em até um terço.

— A conduta de *frotteurismo* [ato de esfregar em outra pessoa] pode ser hoje enquadrada como importunação ofensiva ao pudor, que é uma contravenção penal com previsão apenas de multa, ou violação sexual mediante fraude, crime com pena de reclusão de dois a seis anos. São dois extremos e nenhum oferece uma descrição adequada da conduta. O projeto

cria uma solução intermediária, que nos parece acertada — explicou o senador.

Enquanto a definição legal não chega, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos do Rio de Janeiro lançou a campanha “Carnaval é curtidão, respeita o meu não”, contra o assédio sexual durante os festejos.

— No Carnaval, alguns acham que tudo é permitido. É quando comportamentos inconvenientes são adotados por causa do contexto descontraído da festa. Algumas dessas condutas são criminosas e acarretam sanções legais — advertiu o major Michelli, da Polícia Militar do Distrito Federal.

Consultora diz que lei não tipifica crimes não tão graves como estupro

Entenda os limites da legislação sobre o comportamento sexual, em entrevista com a consultora do Senado Juliana Oliveira, especialista em direito penal.

A legislação é clara ao definir estupro ou atos atentatórios ao pudor?

A legislação poderia ser mais precisa sobre o tema, evitando problemas de tipicidade. Algumas condutas não são graves o suficiente para serem consideradas estupro, tipo previsto no Código Penal. Desde 2009, temos a reunião em um mesmo tipo penal dos crimes relacionados à prática de conjunção carnal e outros atos libidinosos, mediante violência ou grave ameaça. O conceito de “atos libidinosos”, todavia, é impreciso. Então, em tese, o juiz poderia aplicá-lo em situações muito claras de estupro e em outras não tão claras. Alguns juízes não consideram práticas menos graves como estupro, dados os princípios da reserva legal ou da razoabilidade e proporcionalidade, e nisso surge um problema de tipicidade: como classificar esses crimes? Uma solução está presente na Lei de Contravenções Penais, como importunação ofensiva ao pudor, mas se trata de um crime extremamente leve, de menor potencial ofensivo, sem previsão de pena de prisão. Em verdade, temos na legislação a ausência de um tipo de gravidade média, que compreenda atos não tão graves como o estupro, porém mais sérios do que a importunação ao pudor.

Quais são os limites à nudez previstos na legislação ou em jurisprudência?

Trata-se de um tema que envolve muitas zonas cinzentas do que é tolerado ou não pelo meio social. Em tese, uma mulher nua em um ambiente público ou um casal se beijando muito ostensivamente poderiam ser considerados ofensivos ao pudor. Mas, para a caracterização de crime, é necessário mais do que isso. É necessário que haja ofensa às outras pessoas, desrespeito a um sentimento de recato e decoro. Então, são diferentes as situações de uma mulher nua na Sapucaí ou numa igreja.

A caracterização de ato obsceno pode depender da comunidade na qual o ato é praticado, supondo que há algumas mais tolerantes do que outras?

Diria que sim. Há ambientes sociais mais livres em que o sentimento de pudor, recato, não é agredido pela nudez. Como exemplo, uma sociedade em que se pratica o nudismo.

Do ponto de vista jurídico, o assédio sexual ou moral está restrito ao âmbito das relações de trabalho?

Exato. Assédio sexual no Código Penal exige uma posição hierárquica superior por parte do ofensor, no ambiente de trabalho. Assédio sem essa qualidade estaria tipificado na Lei de Contravenções Penais, se for ofensivo ao pudor.



Para Juliana Oliveira, a lei falha ao não prever um tipo penal de gravidade média

Saiba mais

Lei Seca
<http://bit.ly/Lei11705de2008>

Código Penal
<http://bit.ly/Decreto2848de1940>

Lei das Contravenções Penais
<http://bit.ly/Decreto3688de1941>

Veja todas as edições do **Especial Cidadania** em www.senado.leg.br/especialcidadania

Barulho, sujeira e preconceito podem ofuscar brilho da festa

Nem tudo é alegria no Carnaval. Há os que são afetados negativamente por causa do barulho e de comportamentos incivilizados, como o de urinar ao ar livre, jogar lixo nas ruas e praticar atos sexuais em público.

Os problemas decorrentes dos festejos aumentaram nos últimos anos devido à retomada vigorosa do Carnaval de rua em todo o país, seguindo a explosão dos grandes blocos do Rio de Janeiro, que batem recordes de comparecimento a cada ano. Outras cidades repetem o movimento do Rio, como São Paulo e Belo Horizonte. Em Brasília, que não tem muita tradição carnavalesca, a festa nas ruas também tem aumentado muito. Foi de 370 mil foliões em 2015 para 1 milhão em 2016. A estimativa para este ano é de 2 milhões de pessoas.

O historiador Tales Pinto ressalta que o Carnaval vive da “subversão de papéis”, mas essa subversão ocorre usualmente dentro

de um intervalo delimitado de tempo. Mas, para garantir o bem-estar coletivo, é preciso ponderar até onde a festa pode ir. O som alto do trio elétrico pode entrar madrugada adentro? Qual a punição para depredação do patrimônio público e do meio ambiente?

A procuradora dos Direitos do Cidadão do Distrito Federal Maria Rosynete Lima explica que a preparação para o Carnaval deve começar muito antes das festas:

— Não escutamos apenas as comunidades que vivem no entorno das manifestações culturais, mas também o interesse de todos foliões que participam das festividades. Ao governo cabe oferecer condições para que a festa aconteça da melhor maneira possível, como banheiros químicos — explicou. A música é um dos principais ingredientes do Carnaval e também um dos seus aspectos mais delicados. A Lei do Silêncio não é revogada nesse período, mas nem

toda cidade tem a sua. Legislações prevendo volume máximo são adotadas no Rio de Janeiro, Teresina, Belo Horizonte, Brasília e Salvador.

A capital federal tem a legislação mais rígida do país, que fixa a emissão sonora máxima permitida em 50 decibéis após às 22h, nas áreas residenciais. Por causa desse patamar rigoroso, em 2017, o bloco Suvaco de Asa, que fazia seu trajeto em bairros residenciais, teve que mudar o percurso.

Segundo informou a Secretaria da Ordem Pública de Salvador, o volume máximo de emissão sonora permitida aos trios elétricos é de 110 decibéis. Nos palcos e camarotes, esse limite cai para 100 decibéis. Os organizadores podem ser autuados ou ter os eventos interditados caso ultrapassem os tetos para emissão sonora.

Ao lado do barulho excessivo, a micção em áreas públicas tem acompanhado o avanço das multidões. Algumas cidades,

O preço do xixi

Rio de Janeiro	R\$ 548,00
Salvador	R\$ 1.008,45
São Paulo	R\$ 500,00

Quanto mais longe do público a uma agressão à limpeza urbana e ao patrimônio, ficando o artista e fixador. O ato obsceno, além de ofender o indivíduo em casos raros, usa a micção para provocar ofensivamente o digno genital.

como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, prevêm multa para quem fizer xixi na rua. O Rio de Janeiro tem se notabilizado pela efetiva cobrança, inclusive com o uso de máquinas portáteis pelos fiscais. Para estimular o uso, os banheiros químicos receberam a bem-humorada sigla UFA, Unidade de Fornecimento de Alívio.

Senado debate relatório da CPI da Previdência hoje

Audiência pública marcada para as 9h, na Comissão de Direitos Humanos, contará com participação de entidades de juízes, advogados, bancários, policiais e auditores da Receita, entre outras

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje, às 9h, uma audiência pública para debater o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência Social.

Aprovado em outubro, o relatório da CPI aponta erros na proposta de reforma previdenciária apresentada pelo governo, que deve ser votada no Plenário da Câmara no dia 19.

O documento sugere emendas à Constituição e projetos de lei e indica providências a serem tomadas para o equilíbrio do sistema previdenciário, como mecanismos de combate

às fraudes, maior rigor na cobrança dos grandes devedores e o fim do desvio de recursos para outros setores.

A audiência terá a participação de representantes da Polícia Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz), da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), da Associação dos Juízes Federais (Ajufe),

do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) e da Educafro.

Participam ainda representantes do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), da Sociedade Brasileira de Previdência Social, da Associação Latino-Americana de Juízes do Trabalho e da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Comissão presidida por Braga vai analisar substitutivo de Raupp

Projeto destina parte de recursos da Cide para transporte coletivo

A Comissão de Infraestrutura (CI) fará a primeira reunião do ano hoje. Um dos 11 projetos na pauta de votação do colegiado é o PLS 11/2013, que exige que o governo federal invista ao menos 5% da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados.

O texto a ser votado é o substitutivo do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), ao projeto original, do ex-senador Antonio Carlos Rodrigues. O substitutivo dispensa estados e municípios de cumprir a cota mínima, tornando-a obrigatória apenas para a União. A justificativa é de que a União tem retido a totalidade dos recursos da Cide, destinando-a à formação de superavit primário, sem

passar aos demais entes da Federação a parte que lhes cabe. Se o texto for aprovado, será submetido a turno suplementar de votação.

Energia solar

Também estão na pauta projetos que incentivam o uso da energia solar. É o caso do PLS 224/2015, de Wilder Morais (PP-GO), que prevê que as unidades do Minha Casa, Minha Vida tenham equipamentos destinados à geração de energia elétrica solar. Outra proposta nessa linha é o PLS 253/2016, de Telmário Mota (PTB-RR), que torna obrigatória a instalação de equipamentos de geração de energia de fonte renovável em prédios públicos ou financiados com recursos públicos.

A Comissão de Infraestrutura é presidida por Eduardo Braga (PMDB-AM).



Regina Sousa preside a Comissão de Direitos Humanos: colegiado vai se reunir para discutir Previdência

Comissão analisa criação de cargos para TRE paulista

Dez projetos de lei estão na pauta da primeira reunião do ano da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), marcada para as 10h de hoje.

Um deles, o PLC 93/2017, cria cargos efetivos no quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP). Segundo a proposta, serão 96 novos postos de analista judiciário, 129 de técnico judiciário, 24 cargos em comissão e 121 funções comissionadas.

O TRE-SP argumenta que houve um aumento considerável do número de eleitores e da respectiva demanda de trabalho no estado nos últimos anos, evidenciando a

defasagem de pessoal.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a criação dos novos cargos terá um impacto anual de R\$ 31 milhões, o que representa um aumento de 8% na folha de pagamento do tribunal paulista.

O relatório de Otto Alencar (PSD-BA) é favorável à proposta. Segundo ele, há previsão orçamentária e a proposta é meritória e urgente, em função das eleições de outubro.

A CAE votará também o PLS 427/2014, do ex-senador Anibal Diniz, que amplia a destinação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e promove a inclusão digital

no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O projeto permite que os recursos do Fust sejam usados na ampliação do acesso à internet rápida, e não apenas em serviços de telefonia fixa. Além disso, prevê percentuais mínimos de aplicação anual nas regiões mais carentes do país.

A CAE será a última comissão a analisar o projeto. Se aprovado, o texto deverá seguir diretamente para a Câmara, a menos que haja recurso para análise pelo Plenário do Senado.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Advogada indicada ao Cade será sabatinada amanhã em comissão

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) retoma hoje as atividades deste ano, com a sabatina pela manhã da advogada Paula Farani de Azevedo Silveira, indicada para o cargo de conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O Cade é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, cuja tarefa é zelar pela livre concorrência no mercado. É responsável por investigar e decidir sobre fusões e aquisições de empresas e grandes corporações. Também atua na prevenção e no julgamento de cartéis e

de outras práticas nocivas à livre concorrência.

Formada em Direito, Paula é mestre em Direito Internacional pela Georgetown University Law Center. Atuou em escritórios de advocacia, em temas relacionados ao comércio exterior e à defesa da concorrência. De julho de 2007 a setembro de 2008, foi coordenadora-geral de análise de infrações nos setores de agricultura e indústria da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burler
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Recurso de loterias poderá financiar pesquisa

Proposta em análise na Comissão de Ciência e Tecnologia, que reinicia trabalho hoje, destina ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico 1% da arrecadação bruta dos concursos

A COMISSÃO DE Ciência e Tecnologia (CCT) retoma os trabalhos legislativos hoje, com reunião para análise de projetos.

Uma das propostas na pauta do colegiado é a que destina ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) o montante referente a 1% da arrecadação bruta das loterias federais e demais concursos de prognósticos.

O fundo apoia projetos de pesquisa básica ou aplicada, com foco no desenvolvimento de novas tecnologias de produtos e processos, capacitação de recursos humanos, troca de conhecimentos e transferência de tecnologia.

O relator do projeto (PLC 201/2015), Cristovam Buarque (PPS-DF), ressalta que o Brasil investe 1,2% do produto interno bruto (PIB) em pesquisa e desenvolvimento, metade do percentual médio investido pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Ainda de acordo com o senador, nações como Israel e Coreia do Sul, líderes mundiais em investimento na área, destinam mais de 4% do PIB. Isso evidencia a necessidade de o

Brasil ampliar os investimentos no setor, argumenta o relator.

O FNDCT conta com diversas fontes de financiamento, como dotações orçamentárias, parcela dos royalties do petróleo e parte da receita operacional líquida de empresas de energia elétrica, como previsto na Lei 11.540/2007. No entanto, afirma Cristovam no relatório favorável ao projeto, os recursos disponíveis são insuficientes para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país.

“O desenvolvimento científico e tecnológico é um dos principais determinantes tanto do crescimento econômico quanto do aumento da qualidade de vida da população. Quando comparado com contrapartes internacionais, o Brasil deixa muito a desejar no tocante ao investimento”, avalia o senador.

Emendas

O mecanismo de aumento de recursos previsto no projeto, observou o relator, não demanda novos impostos nem compromete o Orçamento da União, pois o percentual da arrecadação bruta das loterias seria deduzido do valor



Redução na arrecadação dos prêmios seria tão pequena que não afastaria os apostadores, acredita relator

do montante destinado aos prêmios.

Na análise do senador, a redução de 1% da arrecadação bruta dos concursos não será substancial a ponto de afastar apostadores, pois o valor é relativamente pequeno.

Ao lembrar que o projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados em 1996, pelo ex-deputado João Colaço, Cristovam enfatizou que a iniciativa continua atual, apesar dos 20 anos de tramitação.

O relator apresentou duas emendas. Uma para alterar a ementa do projeto, deixando-a mais clara e fiel ao objeto da proposta. E outra para evitar

que o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) perca recursos. É que a Lei 10.260/2011 prevê como receita do Fies 30% da renda líquida dos concursos administrados pela Caixa, bem como toda a premiação não resgatada pelos ganhadores dentro do prazo legal.

Telefonia

Também está na pauta de hoje da CCT o PLS 662/2011, que obriga as empresas de telefonia a dar informações de forma mais clara aos usuários. Pelo texto, da senadora Ângela Portela (PDT-RR), as prestadoras de serviços de telecomunicações deverão adotar

um modelo de organização e apresentação de informações técnicas e de preços que facilite a compreensão pelos usuários.

A proposta altera a Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/1997) e delega à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a competência de classificar e organizar a oferta dos planos e preços dos serviços prestados em regime privado, de forma a facilitar a compreensão, a comparação e a seleção do produto mais adequado ao perfil de cada usuário.

O relator, senador Paulo Rocha (PT-PA), apresentou voto favorável à proposta.

Comissão vota relatório de MP com mais recursos ao microcrédito

A comissão mista encarregada da Medida Provisória (MP) 802/2017, que atualiza o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), reúne-se hoje, às 14h30, para votar o relatório do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ). Ele apresentou em dezembro o documento pela aprovação da MP com algumas mudanças.

O programa, instituído em 2005, no primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visa incentivar a geração de trabalho e renda entre microempreendedores.

A MP 802 aumentou de R\$ 120 mil para R\$ 200 mil o li-

mite de renda ou receita bruta anual para enquadramento de pessoas físicas e jurídicas.

O texto acrescenta às fontes de financiamento do programa recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE). Antes dessa MP, as fontes eram apenas os recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e de 2% dos depósitos compulsórios à vista feitos pelos bancos no Banco Central.

A medida provisória cria um conselho consultivo composto por representantes de órgãos e entidades da União com o objetivo de propor políticas e

ações de fortalecimento e expansão do programa. Também prevê a instituição do Fórum Nacional de Microcrédito (FNM), com a participação de órgãos federais e entidades representativas. Os dois órgãos serão presididos pelo ministro do Trabalho.

Emenda acatada por Otávio Leite permite a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no FNM, no qual deverão ser ouvidos também o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas).

O relator acatou emendas segundo as quais a exigência de garantias por parte das entidades autorizadas a operar no PNMPO deixa de ser condição para que se firmem operações com os beneficiários.

“As garantias são importantes mecanismos de mitigação de risco de crédito. Contudo, não são os únicos instrumentos de que as instituições financeiras se podem valer para reduzir sua exposição à probabilidade de inadimplência de suas contrapartes”, justificou.

A comissão mista é presidida pelo senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE).

Grupo sobre Código Comercial define agenda

A comissão temporária responsável pela reforma do Código Comercial fará reunião hoje para votar o plano de trabalho do relator, Pedro Chaves (PSC-MS).

Chaves promete entregar seu parecer em junho. O plano de trabalho apresentado por ele inclui 12 audiências públicas com representantes do Executivo, entidades profissionais e especialistas. O relator explica que o PLS 487/2013 visa modernizar o código, de 1850. Para Chaves, mesmo tendo sido atualizado pelo Código Civil de 1975 e por várias mudanças posteriores (a última entrou em vigor em 2002), a lei permanece distante da realidade comercial.

Um dos aspectos mais importantes do projeto está relacionado ao comércio eletrônico. Segundo Chaves, a lei atual não prevê normas suficientes para essa área. Como benefícios, ele ressalta a maior segurança jurídica nas transações comerciais, a redução de preços e a geração de emprego e renda.

Senado se ilumina de laranja para lembrar Dia de Combate ao Câncer

O prédio do Senado está iluminado com a cor laranja em apoio ao Dia Mundial de Combate ao Câncer. A iluminação foi pedida por Vanessa Graziottin (PCdoB-AM).

A data, celebrada em 4 de fevereiro, foi instituída em 2005 para estimular práticas para o controle da doença, como adoção de hábitos saudáveis, atitudes de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento.

A campanha do biênio 2016-2018 tem como lema “Nós podemos, eu posso” e pretende mostrar que é possível reduzir a incidência da doença, que mata 8 milhões de pessoas por ano no mundo.

Vanessa é autora de projeto, já aprovado no Senado e em análise na Câmara, que garante mamografia a mulheres com elevado risco de câncer de mama (PLS 374/2014).



Luz alaranjada no prédio do Senado será mantida até a noite de hoje

Plenário vota projetos de economia e segurança

Entre as propostas que senadores deverão analisar, está uma que proíbe a União de congelar o repasse de recursos de segurança pública para estados e municípios

NO RECOMEÇO DOS trabalhos, o Senado deve votar projetos nas áreas de economia e segurança pública. Dois deles fazem parte da agenda microeconômica, lista de projetos prioritários para melhorar a economia e reduzir o custo Brasil. Os outros três são relacionados à segurança pública. A primeira sessão deliberativa do ano está marcada para hoje.

Na segurança, a PEC 118/2011 ataca queixa frequente dos responsáveis pela segurança pública: a falta de recursos gerada pelos cortes no Orçamento. O texto proíbe o contingenciamento de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Isso significa que tudo que o Orçamento da União destinar aos projetos aprovados para a área nos estados e municípios deverá ser integralmente repassado.

O autor da PEC, ex-senador Pedro Taques, usou como exemplo o ano de 2010, em que apenas 51% do FNSP foram efetivamente executados. Um levantamento da relatora, se-

nadora Simone Tebet (PMDB-MT), com base nos dados do sistema de acompanhamento orçamentário Siga Brasil, mostra que, de R\$ 4,4 bilhões autorizados no Orçamento entre 2012 e 2017, o FNSP gastou apenas R\$ 1,9 bilhão.

Mais rigor

Outra proposta elimina benefícios concedidos a condenados que tenham entre 18 e 21 anos. O PLC 140/2017 determina que as regras de atenuante genérica e de contagem do prazo prescricional pela metade deverão ser retiradas do Código Penal e do Código de Processo Penal, não mais beneficiando os jovens que cometeram crimes já na maioridade. As atenuantes são levadas em conta pelo juiz para aplicar a pena.

O PLS 469/2015, do senador Raimundo Lira (PMDB-PB), agrava as penas para crimes praticados dentro ou nas imediações de escolas. Nos casos de homicídio, sequestro e cárcere privado, o projeto sugere que as circunstâncias



Marcos Oliveira/Agência Senado

Plenário volta a se reunir hoje para discutir e votar projetos: dois deles são da agenda microeconômica

caracterizem a hipótese de crime qualificado. Se a ação resultar em lesão corporal grave ou seguida de morte, a pena do agressor será ampliada. O

Economia

A pauta do Plenário contém ainda dois textos preparados por grupo de trabalho da Comissão de Assuntos Eco-

nômicos (CAE) responsável por discutir alternativas para melhorar a economia.

O PLS 476/2017 — Complementar restringe a aplicação do regime de substituição tributária do ICMS. A intenção é deixar mais clara a redação da lista de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária, para reduzir erros na

interpretação e garantir segurança jurídica e administrativa.

O PLS 477/2017 — Complementar torna a verificação de regularidade do contribuinte mais objetiva e simples. Pelo texto, devem ser levados em consideração pelo fisco apenas os fatos existentes na data do pedido de emissão de certidão negativa.

Hélio José pede atenção às propostas dos candidatos

Hélio José (Pros-DF) pediu aos brasileiros que avaliem as propostas e políticas públicas a serem apresentadas pelos candidatos neste ano.

Ele afirmou que vai continuar defendendo tanto os servidores públicos, diante de um governo que resolveu “demonizar” os trabalhadores que servem ao Estado, quanto as mulheres e os trabalhadores rurais, prestes a serem prejudicados pela reforma da Previdência.



Roque de Sá/Agência Senado

Vanessa: Previdência não será votada antes das eleições

Os deputados não vão votar a reforma da Previdência antes das eleições, pois temem perder votos, acredita Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A senadora criticou a mensagem de Michel Temer ao Congresso, em que ele diz que recuperou empregos.

— Não é verdade. O trabalhador não está conseguindo emprego de carteira assinada. Está perdendo esses empregos, substituídos por vagas precarizadas.



Roque de Sá/Agência Senado

José Medeiros afirma que Brasil carece de planejamento

José Medeiros (Pode-MT) afirmou que falta cultura de planejamento no Brasil, o que pode ser constatado por meio do grande número de obras inacabadas por todo o país, além da situação crítica da saúde e segurança pública.

Medeiros anunciou ainda que vai entrar com representação contra os senadores do PT Gleisi Hoffmann (PR) e Lindbergh Farias (RJ) por pregarem o desrespeito a decisões judiciais.



Roque de Sá/Agência Senado

Requião critica “manobras” da classe empresarial

Para Roberto Requião (PMDB-PR), o foco do poder no país não é a política, mas a economia. Ele criticou “as manobras” da classe empresarial, que seria apoiada pela mídia, para criar “narrativas fantasiosas” e enganar a população. Para ele, os grandes grupos econômicos não têm opção partidária, pois apoiam ou atacam os políticos de acordo com a conjuntura, para tornar a administração do país favorável às suas metas.



Roque de Sá/Agência Senado

Ana Amélia lamenta oposição à impressão do voto nas eleições

Ana Amélia (PP-RS) lamentou a decisão da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, de ingressar com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para derrubar a obrigatoriedade de impressão dos votos pelas urnas eletrônicas nas próximas eleições. O voto impresso foi aprovado pelo Senado em 2015.

De acordo com Ana Amélia, a impressão do voto dará transparência ao pleito.



Roque de Sá/Agência Senado

Telmário afirma que Roraima enfrenta problema de energia

Telmário Mota (PTB-RR) criticou o governo federal por “virar as costas” para Roraima na questão energética.

Segundo o senador, o estado é o único que não está interligado ao restante do país, tem energia de termelétricas de pouca qualidade e vem enfrentando queda de energia várias vezes ao dia.

Telmário também pediu a ajuda do governo com a imigração de venezuelanos, que fogem da crise do país vizinho.



Roque de Sá/Agência Senado

Kátia Abreu denuncia índices de violência no Tocantins

Kátia Abreu (PMDB-TO) elogiou a disposição dos presidentes do Senado e da Câmara de enfrentar o problema da segurança pública.

Ela lamentou os números da violência no Tocantins. A taxa de homicídios, disse, aumentou 33% no estado entre 2005 e 2015. A senadora cobrou mudanças no Código Penal e valorização dos policiais. Kátia defendeu a criação de uma defensoria pública específica para os policiais.



Roque de Sá/Agência Senado

Lídice: o que o governo chama de avanço é retrocesso

Para Lídice da Mata (PSB-BA), o que o governo classifica, na mensagem presidencial, de “avanços da economia” são, na verdade, retrocessos, como o teto dos gastos públicos.

Sobre a reforma da Previdência, Lídice lamentou os elevados gastos em publicidade em defesa da proposta. Segundo ela, as peças publicitárias passam a ideia errada de que a reforma vai acabar com a aposentadoria dos privilegiados.



Roque de Sá/Agência Senado

Magno Malta destaca vitória de movimento conservador em 2017

Para Magno Malta (PR-ES), 2018 será marcado pela luta da “maioria contra a minoria”. Ele acredita que há ações em curso com o objetivo de vilipendiar os valores da família brasileira. Malta destacou como vitória do movimento conservador em 2017 a retirada da proposta que inseria a ideologia de gênero na Base Nacional Comum Curricular, documento que define os temas essenciais na educação básica.



Roque de Sá/Agência Senado

Lula é perseguido para não poder concorrer, diz Gleisi

Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou os políticos que comemoram a condenação do ex-presidente Lula a 12 anos de prisão. Ela disse que Lula foi vítima de perseguição para ser impedido de participar das eleições.

— Lula é condenado e Temer continua governando este país, Aécio continua sendo senador e ministros que não podiam tomar posse, porque respondiam processo, continuam nos cargos.



Roque de Sá/Agência Senado